

CULTURA POLÍTICA E CONSERVADORISMO: o golpe de 1964 no Piauí e as práticas de adesão

Francisco José Leandro Araújo de Castro
Doutorando em História – UFF
E-mail: leandrocastrophb@hotmail.com

O presente trabalho, parte de minha pesquisa no âmbito do Doutorado em História, na Universidade Federal Fluminense, pretende analisar o quadro político do governo João Goulart e do golpe de 1964, seus reflexos no estado do Piauí, a partir da imprensa local. Alguns dos veículos da mídia impressa com grande circulação, como o jornal *O Dia*, o *Jornal do Piauí* e o *Estado do Piauí*, veicularam textos com profundas críticas ao governo João Goulart, contra as reformas de base - sobretudo a agrária - enxergando nas propostas reformistas uma bandeira de luta “radical”, “revolucionária” e conectada com os ideais dos regimes comunistas, dentro de um quadro de acirramento das lutas sociais no início dos anos 1960. A intenção é perceber as visões de mundo desses agentes conservadores e anticomunistas ligados à imprensa piauiense, compreendendo por meio de seus escritos, como sugere Rodrigo Motta, “um repertório de representações e práticas que influenciaram comportamentos políticos de muitos brasileiros”. Neste sentido, pude perceber no levantamento dessas fontes, que no quadro histórico em questão, parte da imprensa piauiense, sobretudo periódicos ligados a grupos políticos tradicionais do PSD e da UDN, estabeleceram em suas páginas uma espécie de “trincheira política”. Com isso, pretendiam evidenciar, de forma assertiva e reducionista, a emergência dos movimentos sociais como ameaças ao sistema democrático e como um meio de questionamento da dita “tradição cristã” brasileira. Com a ampliação de movimentos de trabalhadores rurais e urbanos no início dos anos 1960, parcela dos setores comerciais no Piauí, assim como lideranças políticas ligadas à grande propriedade, tomaram para si a produção de um discurso em torno da necessidade de manutenção das características do quadro socioeconômico local, em um cenário de acirramento de conflitos políticos. Figuras como o desembargador e jornalista Simplício de Sousa Mendes, ligado aos grandes proprietários de terra no estado, utilizavam de sua ampla penetração nos canais midiáticos e instituições como a Academia Piauiense de Letras, para lançar discursos de acusação contra lideranças trabalhistas piauienses e nacionais, bem como utilizaram dos mesmos canais para saudar a dita “revolução democrática” e “patriótica” de março de 1964, que veio, segundo suas interpretações, para salvar o Brasil da “ameaça vermelha”. O trabalho, neste ponto, vai fazer uma análise, por meio desses jornais, da *cultura política* conservadora no Piauí, nos anos 1960, tendo em vista suas visões em comum do passado e presente, projetos convergentes com os discursos de acusação dos militares, bem como sua percepção peculiar sobre este momento de crise política e de busca por soluções autoritárias.

Palavras-chave: História; Cultura Política; Imprensa; Piauí.

Parte da historiografia do campo da política, recentemente tem buscado perceber os processos de ruptura política, como golpes de Estado, regimes de exceção, como fora a última ditadura brasileira (1964-1985), para além de uma visão simplificadora, que vislumbrava tais tomadas de poder como desprovidas de ampla sustentação e adesão social. Como se essas práticas autoritárias se resumissem a grupos de militares, exclusivamente, que, por meio da força das armas, depusessem presidentes eleitos democraticamente e assumissem, a partir de então, o poder com atos arbitrários e sem apoio e legitimidade da sociedade civil. Tal leitura, no entanto, não condiz com uma abordagem mais complexa desses fenômenos. Para alguns historiadores vinculados a uma interpretação mais abrangente desses processos, é preciso superar esse tipo de interpretação, no sentido mesmo de repensar nossa própria *cultura política* autoritária, pois, como indica Rodrigo Patto Sá Motta, falando sobre o golpe de 1964 e da posterior implantação da ditadura civil-militar brasileira, “a verdadeira superação do autoritarismo demanda perceber que o problema não se resumiu a uma casta de malvados que tomaram o poder e impuseram violências à sociedade.” (MOTTA, 2014, p. 32.)

Nesse sentido Rodrigo Motta nos indica um ponto bastante pertinente para a produção deste artigo, que é a possibilidade de entender que, “o Estado autoritário encontrou o apoio e o beneplácito de muitas pessoas, além de ter contado com a indiferença de outras tantas.” (MOTTA, 2014, p. 32) Essas reflexões apontadas pelo historiador são importantes para este trabalho, no sentido de que possibilitam pensar sobre a participação social em um evento como o golpe de 1964 e a ditadura também em outros espaços e, levando em consideração que “as relações da ditadura com os meios [sociais] foram permeadas também por jogos de *acomodação* e *adesão* que transbordam a tipologia binária “resistência × colaboração.” (MOTTA, 2014, p. 32)

Sob esse ponto de vista proponho refletir, neste artigo, como amplos setores da sociedade piauiense não só apoiaram o golpe, mas também foram fundamentais em seu processo de legitimação, aderindo ao autoritarismo dos militares por interesses mais imediatos. Portanto, pretendo lançar luz sobre as práticas de *adesão* e *acomodação* de tais grupos que, por meio de textos, boletins, matérias de jornais e/ou notas de saudação aos

militares, foram cruciais na sustentação do golpe. Ainda de acordo com Rodrigo Patto Sá Motta:

[...] O **apoio social à ditadura** é assunto candente na historiografia atual que, em parte, tem se inspirado em estudos sobre os estados fascistas europeus e o contexto da ocupação nazista. Nessa direção, têm sido questionadas representações simplistas sobre a ditadura recente que exageram a polarização entre resistentes e colaboradores, como se os dois polos resumissem as opções dos atores da época. Um dos problemas das representações simplificadoras é a tendência a colocar na sombra o apoio de segmentos sociais expressivos ao regime ditatorial, que aderiram de modo espontâneo, sem necessidade de coação [...] (O grifo é meu) (MOTTA, 2014, p.13.)

O trabalho pretende, a partir das indicações acima, analisar alguns dos processos de adesão social que se efetivaram com o golpe de 1964 no Piauí, por meio da análise de algumas fontes impressas. Isto é, vou analisar como parcela da sociedade, em particular alguns comerciantes, jornalistas, intelectuais, proprietários rurais, bacharéis, dentre outros setores, compreenderam a chegada ao poder dos militares e como buscaram se conectar à “nova ordem”. Tendo em vista que todo sistema político, por mais autoritário que seja, encontra respaldo em setores do corpo social, tomo como norte a necessidade de vislumbrar algumas das práticas da sociedade piauiense no momento em que, golpeado um governo eleito democraticamente, sob o forte argumento anticomunista, sucumbiu o sistema democrático brasileiro e se iniciou uma experiência autoritária que duraria mais de 20 anos. Do ponto de vista social, Daniel Aarão Reis, nos indica pontualmente a coalização de interesses que levaram os militares ao poder no Brasil, pois “a vitória do golpe fora produto de uma ampla e heterogênea frente social e política”. Sob este ponto de vista, uniram-se “o grande, o médio e o pequeno capital. O capital nacional e o capital internacional. Bancos, indústrias e comércio. Federações industriais e agrícolas. A maioria do parlamento e do judiciário. A Igreja e a classe média”. (REIS FILHO, 1990, p. 57.)

No processo de desestabilização política do governo João Goulart, bem como no cenário posterior de tomada de poder pelos militares, pude encontrar no levantamento de fontes para essa pesquisa, algumas referências em páginas de jornais de grande circulação, como *O Dia*, que me permitiram evidenciar uma ampla rede de apoiadores e entusiastas do golpe e da posterior ditadura civil-militar no Piauí. Alguns deles, é possível perceber, ligados a grupos políticos tradicionais, ao comércio e à posse de terra, se posicionaram contra qualquer medida reformista proposta pelo governo Jango no início dos anos 1960, que

pudessem vir a alterar as relações sociais e econômicas naquele cenário. Esses grupos perceberam as pautas reformistas, tais como a reforma agrária, como mero reflexo do avanço comunista no Brasil, que precisava ser combatido com forte ardor “patriótico” e “democrático” e se posicionaram a favor dos militares.

Sob este aspecto, dentre alguns nomes ligados a grupos econômicos piauienses, no processo de legitimação social do golpe, um que quero destacar neste artigo, que lançou escritos em jornais, nomeando as pautas reformistas como um “perigo” e uma “ameaça” ao sistema democrático brasileiro, é Jesus Elias Tajra¹. Esse empresário faz parte de uma família de imigrantes sírio-libaneses que se estabeleceu na capital do Piauí – Teresina – no início do século XX e que fez fortuna, diga-se, sobretudo ao longo da ditadura civil-militar (1964-1985), estabelecendo-se no estado, como grande grupo econômico ligado ao ramo das comunicações, do comércio, mas também atuando no ramo da venda de eletrodomésticos, de bens de luxo e de automóveis no Piauí.

Um texto escrito por Jesus Elias Tajra, originalmente produzido para uma palestra divulgada amplamente na cidade de Teresina, nos veículos de comunicação, logo nos primeiros dias após efetuado o golpe de 1964, pode ser pensado aqui como uma tomada de posição por parte do empresário. Primeiro, no que diz respeito ao governo anterior, de forte oposição e, segundo, com relação ao novo governo dos militares, de apoio total. No texto, por meio da utilização de uma retórica beligerante, que em muito faz alusão a “batalhas”, ou “cruzada moral”, o empresário descreve a si mesmo como alguém que se posicionou, desde a época de estudante, como um “combatente”, na “luta” contra o “perigo” que representava a “ameaça comunista” para o Brasil e, conseqüentemente, para a sociedade piauiense. O texto intitulado *O comunismo e sua atuação no Brasil*, tem como nota inicial a ênfase de que fora divulgada como “palestra pronunciada dia 08 de abril de 1964, através de cadeia formada por emissoras de Teresina”, portanto, com ampla circulação nos canais de comunicação da capital piauiense. Nesse texto, o empresário indica:

¹ Formou-se em Direito e Contabilidade. Funcionário público federal no Ministério da Fazenda. Empresário que instituiu uma série de empresas do Grupo Jelta. Foi jornalista, dirigindo a Rádio Pioneira e o extinto Jornal da Manhã. Em 1986 inaugurou a TV Pioneira, retransmissora da Rede Bandeirantes de Televisão, emissora que em 1998 passou a se chamar TV Cidade Verde e passou a retransmitir a programação do Sistema Brasileiro de Televisão. Foi filiado ao PDC em 1962 e eleito em 1966 deputado estadual pela ARENA. Nos anos seguintes foi eleito primeiro suplente do senador Helvídio Nunes em 1970, segundo suplente do senador Dirceu Arcoverde em 1978 e primeiro suplente do senador Alberto Silva após a morte de Arcoverde em 1979. Com o retorno ao pluripartidarismo no ano seguinte, filiou-se ao PDS.

Como reafirmação da minha participação no **combate ao comunismo** desde há muito definida, ainda mesmo quando exercia liderança da classe universitária no Piauí, é com o máximo prazer que me dirijo ao povo piauiense com essa palestra sobre o comunismo e sua atuação para a tomada de poder no Brasil. Faço questão de ressaltar que essa minha posição anticomunista implicava necessariamente a luta pelo aperfeiçoamento de nossa democracia, visando estruturá-la entre nós, com base na verdade, na justiça, no amor e na liberdade, de que aliás, já nos falou o Papa João XVIII, em sua encíclica Paz na Terra. Com a experiência dos meus tempos de estudante universitário, atuando no plano nacional dentro da UNE e em decorrência das leituras sobre as técnicas de infiltração e expansão do comunismo internacional, com mais decisão e firmeza procurei alertar a opinião pública, fazendo coro a outras vozes esparsas para o perigo cada vez mais intenso do comunismo no Brasil[...] (TAJRA, 1964, P. 01-02)

Uma leitura mais atenta do processo de desestabilização e das fortes oposições políticas ao governo Jango, bem como da consequente legitimação e do apoio social ao golpe de 1964, no estado do Piauí, deve levar em conta o peso e a presença que grupos econômicos como o “Grupo Tajra” tiveram no apoio ao golpe e na ampla divulgação dos discursos anticomunistas nas terras mafrenses. Não se pode afirmar, por falta de material empírico adequado, que o empresário Jesus Elias Tajra, se articulou diretamente com alguma atividade repressiva ou algo mais direto em colaboração com as forças militares da Guarnição Federal em Teresina. Porém, é possível perceber, a partir dos textos escritos e divulgados por ele mesmo, uma forte ligação política entre o empresário e os grupos conservadores, por meio das narrativas anticomunistas, que serviram como uma espécie de argamassa a ligar setores insatisfeitos com a progressiva ampliação dos movimentos sociais no início dos anos 1960, durante o governo João Goulart, aos militares que efetuaram o golpe. No trecho abaixo, o empresário aponta que buscou mobilizar a opinião pública piauiense contra aquilo que considerava ser a “presença comunista”, disfarçada nas bandeiras de reivindicação dos grupos nacionalistas:

Mas a intensidade da propaganda comunista, disfarçada em bandeiras de reivindicações populares e nacionalistas neutralizavam qualquer esforço no sentido de mobilizar e sensibilizar essa opinião pública, e, especialmente, os democratas, contra aquela perigosa ação, subordinada a interesses da União Soviética, que pretendia colonizar o Brasil, através dos quinta colunas nacionais, os vendilhões da pátria. Não poucas vezes ouvi de pessoas sensatas e esclarecidas que não havia comunistas no Brasil, mas apenas insatisfeitos. Não poucas vezes ouvia afirmações segundo as quais aqueles que falsamente agitavam bandeiras de reivindicação, queriam apenas o bem do povo e por eles lutavam. Tudo isso representava simplesmente a repetição de surrados. (TAJRA, 1964, P. 01-02)

Uma análise mais ampla desse processo, que levou parcelas distintas de grupos sociais a apoiar uma solução autoritária, deve levar em consideração que diferentes setores da sociedade brasileira possuíam e ainda possuem uma *cultura política* permeada de autoritarismo e, portanto, achou natural que se tomassem medidas de força para resolver os impasses e tensões que marcaram o Brasil no início dos anos 1960. Nesse caso, neste tipo de análise, como nos indicam Denise Rollemberg e Samantha Quadrat, na obra *A construção social dos regimes autoritários*, é fundamental entender que as soluções de força, “legitimadas pelo apoio de significativas parcelas da sociedade, sobretudo pelas camadas populares, sirva não para justificá-las, mas para compreendê-las.” Nesse ponto, o importante é ir além das leituras tradicionais e ver como se sustenta “a percepção do autoritarismo como traço de união do passado e do presente, das presenças que sobrevivem às rupturas, que acompanham as mudanças”. É pontual, portanto, refletir sobre a sustentação social que um regime autoritário tem em diversos momentos, pois, também no caso brasileiro, ainda de acordo com as autoras, “o autoritarismo foi desejado e alguns ditadores foram [são] queridos e percebidos como salvadores da pátria por pessoas e/ou segmentos da sociedade de todas as idades e origens sociais.” (QUADRAT; ROLLEMBERG, 2011, p.24.)

No espaço midiático piauiense - e isso é fundamental neste trabalho - parte da grande imprensa justifica a intervenção militar ocorrida em 1964, como algo que naquele momento se fez necessário e crucial para a “salvaguarda da democracia”. Com um argumento simplório e permeado de uma visão binária da política brasileira e mundial, os jornalistas d’*O Dia* indicam que uma onda inflacionária poderia facilitar a tomada de poder pelos comunistas brasileiros, ligados à influência de Moscou. Interessante observar a recorrência de termos relacionados ao aspecto religioso, como a ideia de um “plano diabólico”, traçado, segundo os autores, pelos comunistas, para subverter a ordem democrática brasileira.

O Brasil não esteve em guerra, nem mesmo derramou o sangue dos seus filhos, por ocasião da recente revolução legalista que irrompeu, promovida pelas Forças Armadas para preservação do regime democrático. Há muito tempo, porém, vimos sentindo árduas consequências de um país em luta, desorganizado e sofrido pelas garras gigantescas de um plano diabólico e infeliz que nos tiraria completamente a felicidade. Queremos nos referir a premeditada onda inflacionária, à influência dos agentes de Moscou, China e Cuba, em todas as nossas instituições administrativas com o objetivo de alcançar o auge do desespero, minando-as de males ou tentáculos comunistas, para influenciar os elementos sadios e perverter a ordem [...] (O Dia.1964. p. 07)

Em seguida se apela para o sacrifício do povo brasileiro em torno da superação dos problemas econômicos que, segundo os autores, foram causados por uma certa irresponsabilidade financeira do governo Jango, pela presença de lideranças comunistas. Cumpre ressaltar a ideia de que a “revolução”, tal qual esses grupos defendiam, trazia em si o caráter de eliminação dos adversários, aqui entendidos como “abutres”, que estariam contaminando o mundo político e econômico brasileiro, portanto, justificando uma intervenção militar violenta, mas que teria como resultado, para eles, uma espécie de salvação econômica.

O encanamento de empresas de vulto já era ameaçado à boca solta. Tudo conforme o previsto no esquema da revolução vermelha. Mas retomamos as rédeas do corcel da providência e vamos reencaminhar as cousas no caminho certo, afastando os obstáculos, enxotado os abutres e desinfetando a fedentina por eles deixada. Será um trabalho de certo modo demorado, contudo necessário, inevitável, cujos promissores resultados dependerão da colaboração do povo. Como primeira medida o País carecerá de sacrifício de cada um para restabelecimento de nossa economia e finanças. A compreensão geral deverá superpor-se aos interesses subalternos, pois aí é onde está precisamente o antídoto do comunismo.²

Um ponto importante a se destacar, especificamente sobre o golpe, é o amplo apelo e divulgação que este teve nos veículos de comunicação no Piauí. As batidas policiais em sindicatos, as prisões arbitrárias efetuadas na calada da noite, o clima de perseguição e censura, as “operações limpeza”, tudo isso era amplamente informado à sociedade, por meio de boletins produzidos pela Guarnição Federal do Exército em Teresina. Estaria a sociedade piauiense ávida por ver “perigosos comunistas” presos e sedenta por punição dos ditos subversivos? O que justificaria a ampla circulação desses textos na imprensa escrita, se não a própria necessidade de que essa sociedade pudesse se inteirar de tais punições? Esses boletins ilustram o quanto se estabeleceu uma relação obscura, cinzenta e complexa com relação às práticas persecutórias e seus sustentáculos sociais, também no Piauí. Em Parnaíba, cidade litorânea com uma maior presença de sindicatos de trabalhadores urbanos mobilizados nesse estado³, chegou-se ao ponto de se estabelecer uma comissão de orientação

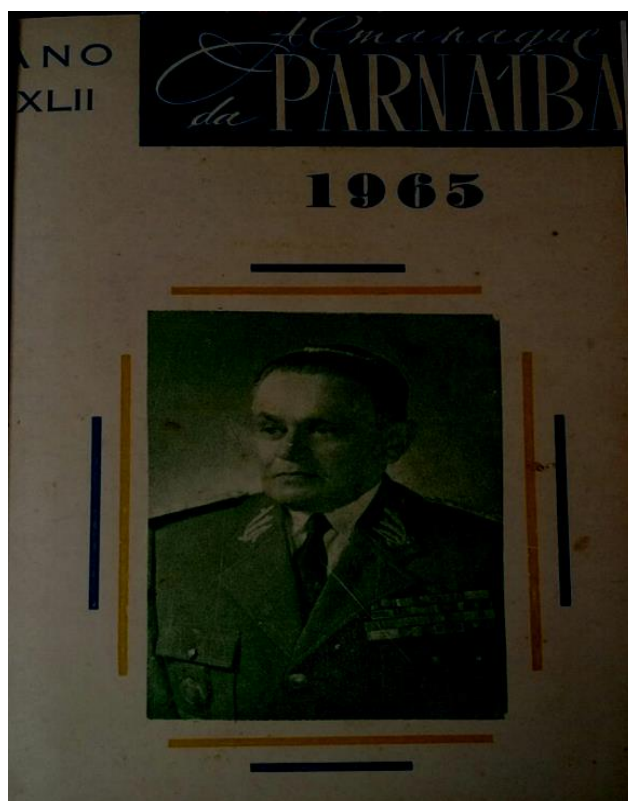
² Flagrantes e notícias sociais. Em: jornal O Dia.

³ De acordo com o Sociólogo piauiense Antônio José Medeiros, de 1941 e 1958, organizaram-se no Piauí, 91 sindicatos – 55 de trabalhadores e 36 patronais. Sua distribuição geográfica também é reveladora: Parnaíba – 26 de trabalhadores e 17 patronais; Teresina – 25 de trabalhadores e 10 patronais; Floriano – 2 de trabalhadores e 2 patronais; Campo Maior – 1 de trabalhadores e 2 patronais; Piripiri – 2 patronais; Luzilândia – 1 de trabalhadores; Oeiras, Picos e Piracuruca – 1 patronal, cada. Em Parnaíba, sindicatos de trabalhadores e patronais giravam em torno do PTB, em Teresina, até 1958, giravam mais em torno da UDN. (MEDEIROS, Antônio José. *Movimentos Sociais e participação política*. Teresina (PI). CEPAC.1996, p.111)

para as atividades estudantis, ao mesmo tempo que se prestava conta das prisões e punições aplicadas nessa cidade, como se pode perceber no trecho abaixo:

[...] Após as inúmeras prisões efetuadas em Parnaíba, o Cap. Gladstone procurou esclarecer à opinião pública que era seu dever patriótico, que em consequência da revolução pacífica levada a efeito no Brasil, as Forças Armadas tomaram a si a tarefa de limpar o País da intoxicação do comunismo, a fim de possibilitarem o sossego e a tranquilidade da família brasileira. Esclareceu ele que: “tivemos que efetuar grande número de prisões em Parnaíba, do mesmo modo que está ocorrendo em todo o Brasil, bem como as diversas batidas realizadas nos Sindicatos de Classe, seus dirigentes tiveram de ser detidos para que possam esclarecer sua participação ou não no movimento de comunização do País”. Finaliza, dizendo que: “qualquer cidadão poderá colaborar com nossa missão, e que durante sua estada em Parnaíba criou uma comissão de orientação das atividades estudantis, cuja composição é a seguinte: Monsenhor Antônio Sampaio, professor Alexandre Alves e Joaquim Custódio, sendo homens ilustres no seio da sociedade, ajudariam a explicar as finalidades da revolução de 31 de março de 1964”. Por fim, sua missão em Parnaíba manifestou seu “inteiro apoio com o destacamento Federal à Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”. (Jornal *O Estado do Piauí*, Teresina-PI, 02 jul. 1964.)

No que diz respeito ao apoio e sustentação de um discurso valorativo sobre o golpe de 1964, ainda nessa cidade, a imprensa ligada aos comerciantes locais também se posicionou por meio do *Almanaque da Parnaíba*, na edição do ano de 1965, porém produzida no ano anterior. A edição trouxe na capa a figura do Marechal Castelo Branco, nomeado indiretamente como Presidente da República e com vínculos familiares com o estado do Piauí. Essa publicação servia como instrumento de divulgação das principais casas comerciais da cidade de Parnaíba e do estado, além de trazer em suas edições os balanços da economia local, textos de literatura e poemas. Nessa edição, no entanto, o destaque ficou por conta da necessidade dos escritores desse anuário de se ligarem aos novos “donos do poder”, numa prática aberta de adesismo aos golpistas da ocasião.



(Capa do *Almanaque da Parnaíba* – 1965)

Nessa edição, portanto, é possível ler que os comerciantes parnaibanos, perceberam o golpe de 1964 como algo deveras positivo, assim como procedeu a maior parte da mídia brasileira, os escritores propagaram a ideia de que o golpe viria para sanar uma situação de anormalidade institucional, bem como para “restaurar a democracia” no Brasil. Segundo o *Almanaque*, Castelo Branco [é] “piauiense de coração, intimamente ligado à nossa terra pelas memórias do muito que viveram e aturam em Campo Maior, seus avós.” (PARNAÍBA, 1965, p. 46.) A publicação destacava os laços de parentesco que ligam o militar com os grupos oligárquicos piauienses, mais especificamente da região de Campo Maior. Os editores do *Almanaque*, tendo à frente o comerciante Ranulpho Torres Raposo⁴, lançam diversos termos elogiosos e grandiloquentes ao Marechal, pois este seria exemplar da “honestidade” e “arrojo” das forças armadas brasileiras. Os escritores destacam Castelo

⁴ Ranulpho Torres Raposo foi jornalista, comerciante, representava, em Parnaíba, firmas estrangeiras como a Ford. Proprietário e editor do *Almanaque da Parnaíba* que passou a publicar anualmente a partir de 1941. Presidente da Associação Comercial de Parnaíba (ACP), cargo que ocupou de 1951 até 1971. (Em: ALMANAQUE da Parnaíba, 60ª edição, ano 1985)

Branco pelo seu “heroísmo”, “bravura”, como “continuador da tradição de Duque de Caxias, pela “inteligência”, “probidade” e por demonstrar dentro da corporação uma “carreira de relevo”. Os escritores também lançam apostas esperançosas de que “o governo do Marechal [será] um dos melhores de nossa história”, e que “o Piauí [já] tem dívida de gratidão para com o Marechal, pelo apreço que tem demonstrado à nossa terra”, bem como pelo seu propósito de “levar adiante a obra de realização da grande obra da barragem e usina de Boa Esperança.” (PARNAÍBA, 1965, p. 03-04.) O texto de abertura, permeado de discursos valorativos ao Marechal Castelo Branco, prossegue:

Eleito presidente da república, depois de ter sido um dos homens axiais da Revolução de Abril, que deteve o Brasil no último lance de uma queda mortal em um **destino de tirania e servidão**, vem causando surpresa até mesmo aos que mais o conheciam, pois logo se revelou um estadista com todas as magnas virtudes e capacidades de alto descortino, seguro domínio da arte de governar, operosidade, serenidade e equilíbrio. (O grifo é meu) (Almanaque da Parnaíba, 1965, p. 03-04.)

Como se pode perceber, no momento em que se estabelecia o governo militar, parte dos comerciantes em Parnaíba buscou evidenciar, para a opinião pública local, o fato de que a “revolução”, segundo estes, viria para resguardar a democracia brasileira dos destinos de “tirania e servidão”, que teria esse país, em caso de tomada de poder pelos “comunistas”. No trecho abaixo, ainda do *Almanaque da Parnaíba*, o golpe de 1964, mesmo com claras demonstrações de truculência e perseguição aos opositores políticos desde os primeiros momentos, foi entendido como o mais sincero exemplar de “verdadeira brasilidade e civismo”. Ranulpho Torres Raposo e os demais escritores compartilhavam de um horizonte de expectativa positivo, uma visão de futuro em comum para o Brasil, sob o domínio dos militares, quando vislumbraram uma “pátria engrandecida e glorificada”, a ser construída sob os auspícios do poder militar. Qual a razão para tamanho apoio da classe comercial parnaibana ao regime de força imposto em 1964? Estariam os empresários locais buscando angariar a simpatia dos militares por medo, ou simplesmente se reconheciam naquele regime, por meio de uma *cultura política autoritária* em comum? São pontos difíceis de responder, que exigem ampla reflexão e pesquisa. O certo é que muitos desses comerciantes e empresários buscaram estabelecer relações com os militares de forma espontânea, por iniciativa própria e de forma exageradamente enaltecida, conforme se pode evidenciar nos textos:

[...] É com justo desvanecimento que abrimos essa 42ª edição, sobretudo por sua coincidência com um **excepcional momento da vida brasileira**. Dedicamo-la, pois, a 5ª nossa república. Pela elevação de propósitos que a motivou: **restabelecer a ordem e assegurar o progresso pelo império da lei**, que entre nós adquiriu sentido nacional, a todos impondo deveres e assegurando direitos [...] ainda em fase de promoção, a revolução de 1964 impôs-se critérios de **verdadeira brasilidade e civismo** e nós esperamos cantar-lhe a vitória plena, quando mais uma vez circularmos, em 1966, felizes de ver que a imprensa brasileira, não apenas nós, orgulha-se da pátria que ajudou a reconstruir, engrandecida e glorificada. (O grifo é meu.) (Almanaque da Parnaíba, 1965, p. 03-04).

É preciso evidenciar, nesse sentido, que o golpe de 1964, assim como a ditadura, de acordo com a interpretação de Daniel Aarão Reis, “foi um processo de construção histórico-social, não um acidente de percurso.” (REIS FILHO, 2004, p. 50.) Portanto, é fundamental para uma compreensão mais complexa e apurada de tal evento, que as responsabilidades e a ínfima relação que tiveram alguns grupos sociais no processo de sustentação do regime, por conta de seu próprio autoritarismo, ou pela busca por benefícios políticos, sejam examinadas. No jornal *O Dia*, a partir do levantamento de algumas edições, é possível perceber uma ampla quantidade de notas lançadas por instituições, órgãos, bem como por autoridades políticas e jurídicas, que, no intuito de marcar território, buscavam a simpatia dos grupos militares. Esse tipo de declaração em adesão ao golpe nos jornais, foi bastante comum nos idos de abril de 1964. Elas demonstram como parte também do judiciário piauiense se colocou, sem nenhuma forma de pressão ou ameaça das forças militares - é possível aventar - a justificar uma ruptura política que se mostrou autoritária desde o seu nascedouro, mas que proporcionou a manutenção de antigos privilégios sociais.

TRE: Moção de aplausos às Forças Armadas

Em sessão de ontem do Tribunal Eleitoral, o Des. Manoel Felício Pinto solidarizou-se com o Des. Edgard Nogueira, Juiz Paulo Freitas e o Procurador da República, Dr. Valdemar Ramos Leal, pelos pronunciamentos que fizeram através da imprensa falada de Teresina, sobre o atual momento político nacional. Requereu também, o Des. Felício Pinto, moção de aplausos às Forças Armadas e aos poderes constituídos pela atuação salvadora e eficiente em defesa do regime democrático, sendo a moção aprovada por unanimidade. (*O Dia*, 11 de abril de 1964, p. 04.)

Parte do judiciário piauiense, sobretudo por sua formação excludente e elitista, além de ter seus próprios interesses na manutenção do *status quo*, se posicionou contrária a qualquer forma de mudança nas relações sociais e/ou econômicas que poderiam advir das pautas reformistas. Exemplo desse tipo de postura conservadora é a do desembargador e

jornalista Simplício de Souza Mendes⁵. Este utilizava da ampla penetração que tinha na imprensa piauiense, na Academia Piauiense de Letras e espaços de poder, para bradar discursos enfáticos contra o governo João Goulart e, logo após o golpe, lançar textos em apoio aos militares.

Um outro aspecto importante a se destacar é a própria adesão de muitos quadros políticos piauienses aos militares, buscando favorecimento, ou simplesmente visando retirar seus opositores de cargos eletivos, por meio das cassações de mandatos que se tornaram frequentes, tanto no executivo, quanto no legislativo piauiense, como tenho percebido nessa pesquisa. O então estudante de Direito e vereador eleito em 1962, pelo PTB, Jesualdo Cavalcante de Barros, foi perseguido pelos militares e cassado na Câmara Municipal de Teresina, com forte anuência dos próprios colegas da casa, que se submeteram aos ditames da Guarnição Federal no Piauí. Seu depoimento é ilustrativo de como alguns grupos ou indivíduos, por interesses imediatos ou buscando se beneficiar politicamente com a nova ordem, estabeleceram todo um sistema de “deduragens”, delações, quando não de coerções, reproduzindo e legitimando o jogo persecutório dos militares:

Ao lado de pessoas sinceras e ideologicamente identificadas com o novo regime, não eram poucos os que, marcados por um passado um tanto quanto nebuloso, tentavam limpar a própria folha corrida apelando para a **deduragem** ou mesmo fazendo o possível para mostrar as caras, em fingida contrição, nas novenas da paróquia de São João da Vila Operária, cujos padres, estrangeiros todos, esmeravam-se em promover cerrada pregação anticomunista. (O grifo é meu) (BARROS, 2006, p.195)

Por último, manifestações que marcaram de forma mais enfática a presença de setores populares no processo de *adesão* ao golpe de 1964 e que tiveram ampla divulgação na imprensa piauiense, foram as chamadas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. A primeira delas, organizada por grupos religiosos e de mulheres, ocorreu em São Paulo, às vésperas do golpe, em 17 de março de 1964, como reação ao comício da Central do Brasil, do dia 13 de março. Após a ruptura institucional, tal evento foi reproduzido em várias outras

⁵ Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife (1908). Juiz de Direito em Piracuruca e Miguel Alves (PI) foi presidente do Tribunal de Justiça do Piauí e um dos fundadores da faculdade de Direito do Piauí, tornando-se professor catedrático de Teoria Geral do Estado. Membro do Tribunal Regional Eleitoral e presidente da Academia Piauiense de Letras, o intelectual também assumiu a diretoria da Imprensa Oficial do Piauí, tornando-se presidente do Conselho Estadual de Cultura e jornalista de grande atuação na imprensa local. Como jurista publicou “O Homem, a sociedade, o direito”.

cidade brasileiras, como uma espécie de sinal de apoio social aos militares que vieram, segundo esses grupos, para resguardar a “ordem democrática”, contra o “comunismo ateu”, ao mesmo tempo, manter a unidade da “família brasileira”. Em algumas edições do jornal piauiense *O Dia*, foram emitidas notas conclamando toda sociedade piauiense a se fazer presente nesse “grande ato cívico”. Segundo os organizadores e divulgadores, as marchas seriam em “defesa da democracia” que esteve, no seu ponto de vista, ameaçada durante o governo João Goulart e, ao mesmo tempo, de “aplausos às gloriosas Forças Armadas”, como se pode evidenciar nesses trechos abaixo:

Motorista!

Dê sua contribuição para a MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE. Transporte gratuitamente as pessoas pobres, nos subúrbios, na terça-feira à tarde, a fim de que todos possam tomar parte no movimento. Com Deus, pela liberdade, em defesa da democracia. (*O Dia*, 12.04.1964, p. 05.)

Comerciante!

É indispensável e necessária sua colaboração à MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE. Na terça à tarde, espera-se que o comércio cerre suas portas às 15 horas, para que empregadores e empregados possam estar presentes à Marcha. Espera-se também que cada comerciante de tecidos contribua com uma faixa para o desfile contendo “slogan” alusivo ao perigo comunista e de aplausos às nossas forças armadas. (*O Dia*, 12.04.1964, p. 05.)

Como se pode perceber dos trechos supracitados, o processo de *adesão* ao golpe de 1964 foi amplo, abrangendo também, pode-se dizer, não somente setores ligados diretamente ao grande comércio, ao mundo jurídico ou ao empresariado local. O golpe, por meio dos discursos anticomunistas que o impulsionaram, possibilitou trazer para o âmbito dos eventos de celebração, como as propaladas “marchas”, uma quantidade diversa de grupos, pois contaram com uma participação social bastante heterogênea⁶. Alguns grupos de mulheres piauienses estimularam, por meio de apelos à “tradição cristã brasileira” e, ao mesmo tempo de “manutenção da ordem”, a tomada de iniciativa de populares, em prol do apoio às Forças Armadas. Como é perceptível nas notas e textos levantados por meio da imprensa piauiense,

⁶ Em 14 de abril de 1964, o jornal *O Dia* destaca: A UEE (União Estadual de Estudantes) e os diretórios acadêmicos das três Faculdades de Teresina hipotecaram integral solidariedade ao movimento e, por nosso intermédio, convidam todos os universitários a se fazerem presentes na MARCHA. A Escola Antonino Freire [...] O Instituto Batista Afonso Mafrense [...] A Secretaria de Estado do Governo dirigiu convite a todos os chefes de repartições, autarquias e serviços públicos, bem como a todo o funcionalismo estadual para tomarem parte na MARCHA. Recomendou, por outro lado, o encerramento do expediente nas repartições que funcionam à tarde, a partir das 15 horas, para que todos possam participar do movimento[...]Em: *O DIA*. Marcha da Família empolga teresinense. Teresina, ano. XIV n. 1216. p. 1-4, 14 de abril 1964.

os discursos dos diversos grupos apoiadores do golpe de 1964 buscaram afirmar os “valores democráticos” e “liberais” que estariam ameaçados pelos comunistas, ao mesmo tempo que faziam ampla defesa da “autoridade” e da “pátria”, como elementos agregadores de amplos setores da sociedade. Exaltando, diga-se, de forma assertiva e repetitiva, a “família”, a “tradição” e a “ordem”.

Na tentativa de agregar empregadores e empregados, moradores de áreas nobres e dos subúrbios mais afastados; também a dona de casa e o motorista, o comerciante e seus clientes, entre outros, as notas de apelo à participação na marcha no Piauí, tentaram evidenciar que a maior parte da sociedade estaria favorável aos militares. Como indica a tese de Janaína Cordeiro, “as marchas passaram à História como as mais significativas expressões do apoio da sociedade civil à intervenção militar”, portanto, essas são fundamentais no processo de estabelecimento do “novo regime” político em todo o Brasil. Sobretudo, ainda de acordo com a autora, porque nelas estiveram presentes “os mais diversos tipos de entidades civis, as quais primeiramente se mobilizaram para pedir uma intervenção militar e, em seguida, para comemorar o sucesso desta.” (CORDEIRO, 2008, p.21.) É preciso refletir que, certamente, muitos dos apoiadores do golpe que foram às ruas e/ou conclamaram a população a se fazer presente, deveriam se identificar com o regime de força que se estabeleceu, pois, também compartilhavam de uma certa *cultura política* conservadora, antidemocrática e antipopular.

O historiador Daniel Aarão Reis destaca um ponto importante no que diz respeito à produção do consenso sobre o golpe e a ditadura por parte da sociedade, quando diz que “as direitas no poder, enquanto durou a ditadura militar, esmeraram-se em cultivar a memória do golpe como intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção.” (REIS FILHO, 2004, p. 39.) Esse ponto é importante nessa pesquisa, pois nos permite perceber que, também no espaço piauiense, se processou toda uma gama de discursos positivos em torno da “revolução redentora”. Consumado o golpe, os seus apoiadores locais procuraram logo enquadrar a memória e assim o fizeram ao longo da ditadura, negando todo o caráter excludente do golpe, sua própria violência intrínseca e o fato de ter buscado eliminar adversários políticos, para evidenciar a ideia de crescimento, estabilidade econômica e modernização que os militares propalavam. Por certo muitos empresários, comerciantes, juristas, como alguns mencionados neste texto, desejaram um regime político autoritário, que pudesse cercear as formas de organização das

classes trabalhadoras, os sindicatos rurais e urbanos, o movimento trabalhista que ganhou relevo no início dos anos 1960, em nome da tentativa de justificar o desenvolvimento econômico e em nome da preservação da “ordem”.

Para concluir, se faz pertinente esclarecer que é preciso fugir das generalizações, pois sempre, mesmo em regimes de exceção, não existiam somente duas atitudes possíveis, (colaborar ou resistir). Mesmo entre a classe empresarial ou no campo jurídico piauiense, por exemplo, poderia ser possível encontrar aqueles que não se posicionaram favoráveis aos militares, ou simplesmente se omitiram, preferindo silenciar. Para refletir sobre essa infinidade de posturas e posições políticas, a produção intelectual de Pierre Laborie, hoje amplamente empregada por historiadores do campo da política, enfatiza que, para muito além daqueles que eram “colaboradores ou resistentes”, tomando como parâmetro a França de Vichy, os indivíduos podem transitar pela camada que este autor chama de “zona cinzenta”. Ou seja, os espaços nos quais, na medida do possível, muitas pessoas buscaram simplesmente dar seguimento às suas vidas, à parte das demandas por um posicionamento político claro. (LABORIE, 2003.)

REFERÊNCIAS:

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar* (o que vi e vivi nos idos de 1964). Teresina: Gráfica do Povo, 2006. p.195.

CORDEIRO, Janaína Martins. “A Nação que se salvou a si mesma”: entre memória e história, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974). Dissertação de Mestrado pelo Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2008

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.) *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles – de la guerre d’Espagne à la Libération*. Paris, Seuil, 2003.

MEDEIROS, Antônio José. *Movimentos Sociais e participação política*. Teresina (PI). CEPAC.1996.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. Em: *A ditadura que mudou o Brasil 50 anos do golpe de 1964*. Zahar, 2014.

_____. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. Em: *Revista Tempo*, vol. 20. 2014, p. 01-21.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1990.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2004. p. 29-52.

_____. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

Jornais e outras fontes:

Jornal *O Dia*, Teresina-PI, 12.04.1964.

Almanaque da Parnaíba, ano XLII. 1965.

Jornal *O Dia*, Teresina-PI, 11.04.1964

Jornal *O Estado do Piauí*, Teresina-PI, 02 jul. 1964

TAJRA. Jesus Elias. O comunismo e sua atuação no Brasil. Em: *Jornal O Dia*. 11 de abril de 1964. p. 01-02.

Jornal *O DIA*. Marcha da Família empolga teresinense. Teresina, ano. XIV n. 1216. p. 1-4, 14 de abril 1964.